



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA



PARECER JURÍDICO Nº 063/2018

**ÓRGÃO CONSULTOR:** Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

**ASSUNTO:** Análise da Minuta do Edital e anexos referente ao processo 019/2018-SEMEC/PMM

**EMENTA:** PREGÃO PRESENCIAL. MINUTA DO EDITAL. ART. 38 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93. CONFORMIDADE.

## 1. RELATÓRIO

Vieram os autos do **PROCESSO Nº 019/2018-SEMEC/PMM** para análise desta assessoria jurídica acerca da Minuta do Edital e seus anexos constante no processo licitatório na modalidade pregão, na forma presencial, do tipo “menor preço por item”, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (OLÉO DIESEL COMUM E GASOLINA COMUM), DESTINADO AO ABASTECIMENTO FLUVIAL DAS EMBARCAÇÕES, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA DE MOCAJUBA/PA.**

É o que basta relatar. Passo a opinar.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

A legislação exige que na fase interna das licitações sejam elaborados, conforme o caso o projeto básico e o projeto executivo. No pregão, é útil, a presença do Termo de Referência. O projeto executivo é exigido quando da contratação de obras ou serviços de engenharia. Dispensável, portanto, no presente caso.

O projeto básico, por sua vez, é obrigatório em todas as licitações. Trata-se de documento que reúna os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço.

Nas modalidades de licitação definidas pela Lei nº 8.666/93, tem sido usual o próprio termo de requisição de licitação conter os elementos do projeto básico.

*[Handwritten signatures]*



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA**



Entretanto, quando se trata de pregão, recomenda-se a confecção do termo de referência.

O Termo de Referência apresenta as seguintes disposições: delimitação do objeto e as justificativas da solicitação; especificações técnicas; prazos; locais de entrega; quantitativos; valor estimado da contratação, dentre outras.

Os autos do processo em análise estão acompanhados pelo Termo de Referência, contendo neste os elementos mínimos necessários à promoção do certame, havendo uma satisfatória descrição do que se pretende contratar, bem como suas justificativas, especificações técnicas, prazos, locais de entrega do objeto a ser adquirido, quantitativos, o valor estimado da contratação e o orçamento prévio.

Ressalta-se que o presente parecer não se restringirá ao exame exclusivo da minuta de edital, mas também dos atos do procedimento licitatório realizados até então. Ocorre que o ato convocatório se caracteriza como uma das peças do processo, com atos anteriores que funcionam como condições necessárias à sua elaboração, sendo infrutífero analisá-lo como se fosse uma peça autônoma, apta a produzir efeitos por si só.

2

O exame prévio do edital tem índole jurídico-formal e consiste, via de regra, em verificar nos autos, no estado em que se encontra o procedimento licitatório, se seus requisitos legais se encontram presentes. Estes requisitos estão estabelecidos no *caput* do art. 40 da Lei nº 8.666/93, senão vejamos:

*Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes [...]*

No caso em epígrafe, verifica-se que os requisitos formais acima dispostos se encontram preenchidos.

Ademais, o art. 3º, inciso I da Lei nº 10.520/02, estabelece quais os elementos que devem constar obrigatoriamente no edital, vejamos:

*A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento.*



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA**



Analisando o instrumento de convocação, verifica-se que o referido instrumento se encontra em conformidade com as determinações e alterações da Lei nº 10.520, de 2002, seja no que tange ao objeto, seja no tocante às condições e documentação exigidas para a realização certame.

### **3. CONCLUSÃO**

Ante ao exposto, estando o processo em consonância com as regras contidas nas normas de regência, **opinamos pelo seu prosseguimento**, remetendo-se os autos do processo ao Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para que, após parecer do Controle Interno deste Município, proceda com a publicação do aviso da publicação, nos termos da lei.

Cumprе salientar que a referida análise se limita aos aspectos jurídicos, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, econômicos, financeiros que extrapolem a alçada deste órgão consultivo e, aqueles que exijam o exercício da competência e discricionariedade administrativa a cargo dos setores responsáveis por emitir suas considerações acerca dos assuntos objeto de averiguação.

3

É o parecer.

Mocajuba/PA, 28 de agosto de 2018.

**GERCIONE MOREIRA SABBÁ**

Advogado - OAB/PA 21.321



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA



PARECER JURÍDICO Nº 083/2018

ÓRGÃO CONSULTOR: SEMEC

ASSUNTO: Análise final do Pregão Presencial nº PP.003.2018.PMM.SEMEC

**EMENTA: PREGÃO PRESENCIAL. LICITAÇÃO DESERTA. PARECER PELA REGULARIDADE DO FEITO COM RECOMENDAÇÃO DE REPETIÇÃO DO CERTAME.**

## 1. RELATÓRIO

Vieram os autos do **PROCESSO Nº 019/2018/SEMEC-PMM** para análise desta assessoria jurídica acerca do resultado do processo licitatório **PREGÃO PRESENCIAL Nº PP.003.2018.PMM.SEMEC**, do tipo "menor preço por item", cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (OLÉO DIESEL COMUM E GASOLINA COMUM), DESTINADO AO ABASTECIMENTO FLUVIAL DAS EMBARCAÇÕES, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA DE MOCAJUBA/PA.**

Antes, porém, é necessário frisar que, em momento anterior, esta assessoria jurídica, em atendimento ao parágrafo único do Artigo 38 da Lei nº 8.666/93, examinou e aprovou as minutas de Edital e Contrato, bem como considerou regular o procedimento administrativo até aquela ocasião, nos exatos termos do Parecer Jurídico nº 063/2018.

Após a manifestação supracitada, a comissão de licitação deu início à fase externa do certame (Art. 4º incisos I a IV da Lei nº 10.520/02) e providenciou a publicação do Edital, convocando os interessados a apresentarem suas propostas.

Saliente-se que entre a publicação e a abertura das propostas fora observado o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis (Art. 4º, V da Lei nº 10.520/02).

Em tempo o Edital do Pregão Presencial vem detalhando o Objeto, o Prazo de entrega, a fase de Proposta, Habilitação, julgamento e análise dos documentos, Julgamento do Recurso, Documento aplicável, Obrigações da Contratada, e Disposições Gerais, ou seja, dentro da previsão da Lei do Pregão - Lei nº 10.520/02, bem como, amparada pela Lei 8.666/93, também houve a publicação em local público no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, para garantir a publicidade dos atos.

Após publicação do aviso de licitação, nenhuma empresa retirou o edital de licitação.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA**



Aberta a sessão, apesar de amplamente publicizado, não acudiram interessados ao certame, tendo a mesma sido declarada DESERTA.

É o necessário a relatar. Passo a opinar.

## **2. PARECER**

Analisando os autos, verifica-se que houve plena divulgação da realização do certame, entretanto, na data aprezada para a sessão pública, não compareceram interessados, por isso, a licitação foi declarada deserta.

Inobstante tal situação autorize a contratação direta nos termos do art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/96, recomenda-se a repetição do certame, pois, a princípio, não se vislumbra nenhum prejuízo para a Administração Pública.

## **3. CONCLUSÃO**

Ante ao exposto, opinamos pela regularidade do feito, recomendando-se a **repetição do certame** na tentativa de obter a proposta mais vantajosa para o objeto.

Cumpre salientar que a referida análise se limita aos aspectos jurídicos, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, econômicos, financeiros que extrapolem a alçada deste órgão consultivo e, aqueles que exijam o exercício da competência e discricionariedade administrativa a cargo dos setores responsáveis por emitir suas considerações acerca dos assuntos objeto de averiguação.

É o parecer.

Mocajuba/PA, 22 de outubro de 2018.

**GERCIONE MOREIRA SABBÁ**  
Advogado - OAB/PA 21.321